

Isadora Moura Mota

Rebelião escrava nos sertões diamantinos

Insurreição protagonizada por negros escravos e quilombolas na comarca do Serro, em 1864, surpreendeu autoridades e proprietários pelo alto grau de consciência dos revoltosos, que demonstraram conhecer, por meio da leitura e da circulação de informação oral, a controvérsia sobre o fim da escravatura nos países do Atlântico.



“[...] é que havia guerra a respeito da liberdade dos escravos mas não deste País.”

Adão, líder da insurreição do Serro, referindo-se à Guerra Civil nos Estados Unidos, em 1864¹

> Comarca do Serro, outubro de 1864.

“À sombra dos últimos acontecimentos, escravos do norte de Minas Gerais azeitavam os preparativos finais da ‘guerra contra os brancos’ que pretendiam travar em nome de sua liberdade. Pelas senzalas do Serro e Diamantina, corria à boca pequena que os liberais estavam dispostos a avançar negociações para extinguir o cativeiro e alguns escravos estavam certos de que seus senhores escondiam uma ordem de emancipação conquistada através de uma guerra no exterior. Cerca de 400 insurgentes estavam combinados de se reunir no último domingo de outubro em frente da igreja do Rosário, localizada na parte alta da cidade do Serro. Da igreja, planejavam descer ao centro munidos de tochas e armas de fogo para provocar um incêndio nas casas dos mais ricos negociantes de diamantes da região. Quando o povo viesse acudir o incêndio, a ordem era invadir o quartel da Guarda Nacional para tomar todo o armamento que pudessem encontrar. Tal armamento, diziam os escravos, os ‘tornaria invencíveis’.”²

Artesãos crioulos de uma fazenda serrana de aguardente lideraram um grupo diverso de escravos, libertos e quilombolas recrutados, sobretudo, nas lavras diamantinas que entrecortavam as margens do Rio Jequitinhonha. A brutalidade do regime de trabalho em uma terra de mineração intensiva era, com certeza, motivo suficiente para revolta, mas a rebelião escrava de 1864 nada tinha da espontaneidade e primitivismo que a elite local atribuía às lutas negras. Assim como seus pares espalhados pelo Atlântico, os rebeldes mineiros eram versados na cultura política da chamada “Era da Emancipação”, período delimitado pela independência do Haiti, primeira república negra das Américas, e pela abolição da escravidão no Brasil,

em 1888. Em uma época curiosa na qual o fim da escravidão caminhava lado a lado com a crescente lucratividade do trabalho escravo, em países como o Brasil não restavam dúvidas de que a abolição estava longe de ser fato inevitável. Para os escravos de Serro e Diamantina, a guerra civil norte-americana e os debates sobre a emancipação no parlamento brasileiro cheiravam a liberdade, mas uma insurreição era a opção para os que quisessem dar sentido concreto à vida fora do cativeiro.

Apesar do planejamento iniciado em maio de 1864, nada ocorreu conforme o esperado. Em 9 de outubro, o escravo Vicente contou ao seu proprietário Francisco Cornélio Ribeiro que mais de 150 cativos preparavam uma rebelião. Entre eles estava o alfaiate Adão, um dos primeiros escravos a serem presos no Serro. Passando por uma das fontes da cidade, Adão declarou publicamente “como por graça” que todos os escravos ficariam logo forros, porque os rapazes da fazenda Sesmaria “estavam para fazer um alevante (sic) em favor da Liberdade, segundo as notícias que liam nas Folhas”.³ Avisado sobre a gravidade da insurreição, o chefe de polícia de Minas Gerais se deslocou para a comarca do Serro acompanhado por centenas de tropas, dando início ao esforço repressivo que levou mais de dois meses para desarticular o foco do movimento, que acabou por eclodir no povoado de São João da Chapada.

Para surpresa de seus senhores, os escravos em rebelião pareciam saber até sobre a Proclamação de Emancipação assinada pelo presidente Abraham Lincoln em 1863. Durante a década de 1860, tanto a guerra civil nos Estados Unidos quanto o conflito entre Brasil e Paraguai conferiram nova legitimidade ao protesto escravo e influenciaram uma onda inédita de levantes por toda a província de Minas Gerais. Muitos deles foram instigados por escravos com acesso à escrita que trabalhavam tanto em atividades voltadas

para a economia interna quanto para o exterior. O presente artigo conta a história da rebelião de 1864 em busca de pistas sobre o papel da imprensa e da alfabetização escrava no processo de resistência negra ao cativeiro durante a segunda metade do século XIX. Caminhando no terreno das relações entre o protesto escravo e a vida política do Segundo Reinado, esperamos contribuir para uma narrativa sobre as últimas décadas da escravidão que inclua o que pensavam os cativos da província com a maior população escrava do Brasil.

O cenário

No terceiro quartel do século XIX, a comarca do Serro era composta pelos municípios de Serro (antiga Vila do Príncipe), Diamantina (antigo Arraial do Tijuco) e Conceição. Incrustadas na zona do Alto Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, suas terras guardavam limites com as províncias do Espírito Santo e da Bahia, beirando as encostas da Serra do Espinhaço. A região apresentava uma economia diversificada e intensamente dependente do trabalho escravo, na qual a extração de diamantes predominava sobre a agricultura mercantil voltada para o mercado regional. As fazendas de cultura espalhavam-se por todo lugar, enquanto as lavras estendiam-se, sobretudo, pelos leitos fluviais e dorsos das elevações ribeirinhas nos arredores de Diamantina.⁴

Inserida nas cadeias mercantis da economia mundial, Diamantina ocupava, em 1864, o posto de maior produtor de diamantes brutos do mundo e devia tal produtividade ao emprego massivo de mão de obra cativa e à privatização da exploração do diamante.⁵ Confrontado com a penúria de uma população que vivia da mineração e, em 1832, perdera os poucos campos cultivados com alimentos durante uma terrível seca, o intendente dos Diamantes concedeu aos faiscadores

(pequenos mineradores) o direito de explorar alguns terrenos já lavrados, reservando outros como sendo de utilidade nacional. Negociantes abastados arremataram os lotes mais ricos e garantiram a exploração de veios minerais subterrâneos com o emprego de máquinas a vapor e de centenas de escravos.

De acordo com os valores per capita dos diamantes exportados por Minas Gerais, entre os anos de 1819 e 1854, a produção diamantífera na província cresceu em 334%.⁶ Esses dados estatísticos revelam a importância de Diamantina para a economia em meados do século XIX. A queda da produção de diamantes a partir de 1870 parece ter apagado a memória desse surto econômico em boa parte da historiografia mineira, levada a projetar sobre a região o cenário de decadência que caracterizou o fim do século XVIII. Nos idos de 1860, a força da economia extrativista era tamanha que garantiu o afluxo continuado de escravos centro-africanos para Diamantina e a criação de novos povoados nas margens do Jequitinhonha à medida que faiscadores descobriam novas reservas diamantíferas.⁷

A população do Alto Jequitinhonha cresceu em sintonia com seu vigor econômico. Em 1856, a cidade do Serro possuía 10.584 habitantes.⁸ Se somados todos os distritos que compunham as cinco freguesias circunvizinhas à cidade, a população do município chegava a 44.562 habitantes, dos quais cerca de 20% eram escravos.⁹ Em Diamantina, existia em 1832 uma população de 12.354 pessoas, na qual os cativos figuravam como maioria, compondo cerca de 56% da população. Somados, eles perfaziam o total de 6.617 indivíduos, divididos quase igualmente entre africanos e negros nascidos no Brasil.¹⁰ Duas décadas mais tarde, em 1856, estimava-se que a população total do distrito de Diamantina chegasse a 17.000 habitantes em cifras calculadas pelo vigário local, não havendo números precisos quanto à participação dos escravos.¹¹

Mais de dez anos após a extinção do tráfico negreiro, os escravos eram ainda maioria no trabalho de exploração do diamante em Diamantina. Em janeiro de 1863, o relator de contas da Câmara Municipal da cidade, José Ferreira de Andrade Brant, assim informou o governo da província de Minas sobre o estado da atividade extrativa:

[...] Que cerca dos diversos pontos relativos à mineração deste município, a câmara informa-se (sic) ao Exm. Governo o seguinte: quanto ao 1º, que o diamante, ouro e ferro são os únicos minerais extraídos no município; e ao 2º que a quantidade do diamante anualmente extraída é de 2.000 oitavas aproximadamente; a do ouro, cuja mineração não é especial, orça de 15 a 20 mil oitavas; e a do ferro em 2 mil arrobas mais ou menos, porque apenas existem 6 fábricas neste município; que as máquinas empregadas, à exceção de duas de vapor de pequena força e de algumas bombas de ferro, ainda são as do antigo sistema. Ao 4º quesito orça a comissão o número de trabalhadores mineiros em 12 mil; dois terços escravos e um de pessoas livres, compreendendo administradores e feitores, oficiais mecânicos e faiscaidores.¹²

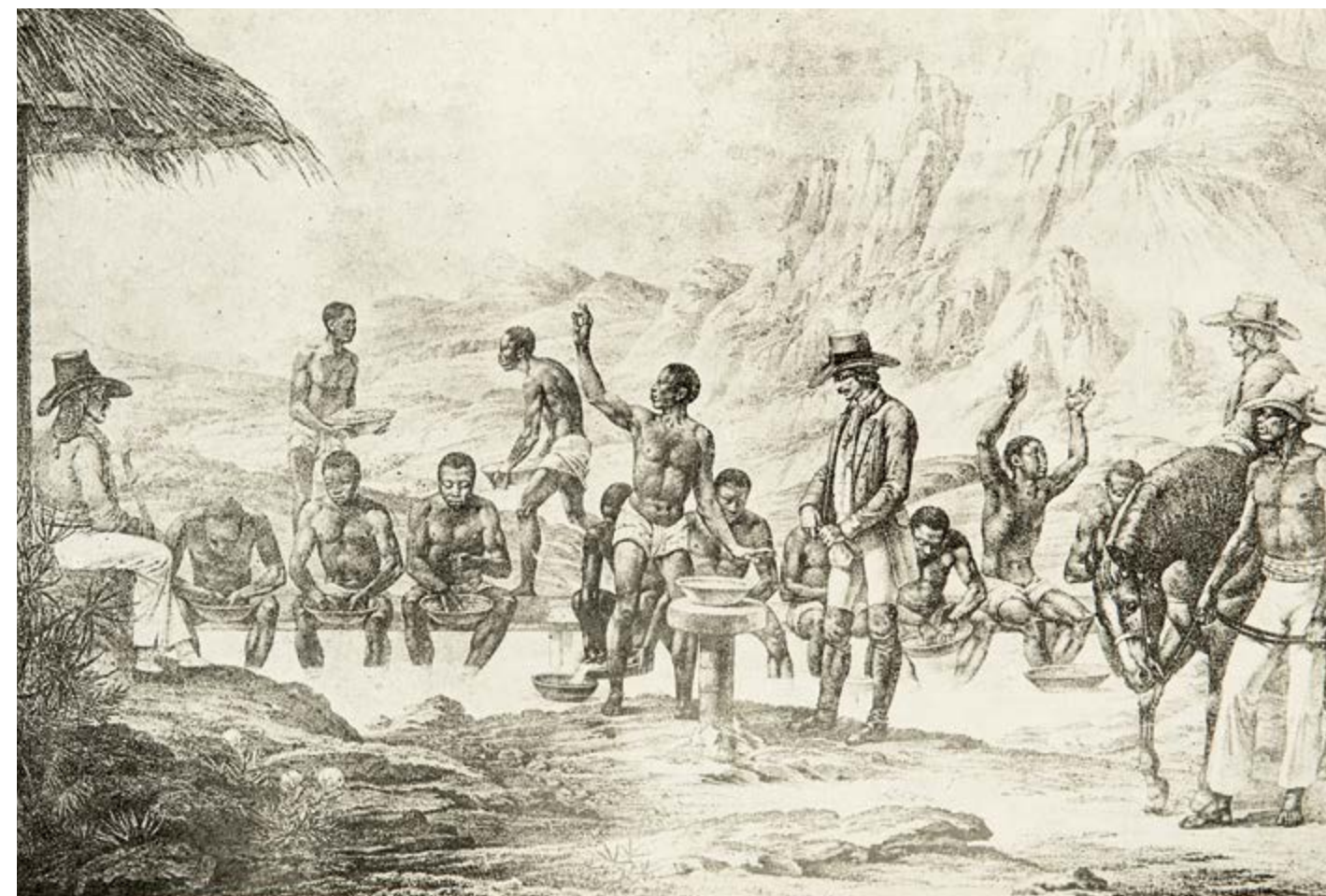
O crescimento demográfico e a explosão da produção de diamantes corresponderam ao acirramento dos conflitos sociais na comarca do Serro. Não havia regularidade na concessão de licenças para extração, tampouco consenso entre a população sobre a melhor forma de regulamentá-la. De 1840 até o fim dos anos 1860, a região foi varrida por uma sucessão de ocupações e sangrentos combates nas lavras, protagonizados por uma população despossuída – quase sempre de cor – em busca de terras para minerar. Na década de 1860, faiscaidores livres e escravos constituíam o grupo mais temido pela polícia, sempre atenta à contínua participação de cativos em ocupações de terras, assim como ao envolvimento de

faiscaidores e comunidades quilombolas em revoltas escravas. A disputa por terra era a causa que unia a todos, reforçando os laços de parentesco já existentes e as trocas que esses grupos realizavam no âmbito da economia informal. Foi exatamente nesse cenário de lutas e questionamento do direito de propriedade que os escravos da comarca do Serro planejaram rebelar-se.

Antecedentes

Entre 1860 e 1864, o Ministério da Justiça do Império registrou a ocorrência de 63 insurreições escravas no Brasil.¹³ Número subestimado, já que nele não se encontram incluídos os diversos planos frustrados e as fugas coletivas realizadas com sucesso em todo o país. Nessa contagem oficial, a revolta do Serro de 1864 mereceu registro das fontes do governo e ganhou espaço na obra de importantes historiadores do protesto escravo. A primeira narrativa do levante apareceu em *Rebeliões da senzala* e nasceu da interpretação de Clóvis Moura sobre os autos criminais de 1864 publicados por P. de Carvalho Neto no Recife.¹⁴ Moura situou o movimento na continuidade da tradição de lutas escravas em Minas Gerais desde o século XVIII e destacou o papel central dos quilombolas na articulação da revolta. Sua assertiva de que o levante teria sido o mais bem organizado pelos escravos mineiros na história definiu os parâmetros de todas as menções posteriores sobre o evento, que podem ser encontradas nos panoramas das rebeliões brasileiras elaborados por Luís Luna, José Alípio Goulart e Waldemar de Almeida Barbosa.¹⁵

Se a insurreição do Serro foi, de fato, a mais bem planejada revolta escrava realizada em Minas no século XIX é difícil dizer. Ainda são poucos os estudos de caso sobre esses movimentos na província, especialmente no tocante à segunda metade do Oitocentos. É certo, porém, que o levante de 1864 se insere numa longa tradição de protesto em Minas Gerais, que abarca,



Lavagem de diamantes em Curalinho. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 4 v.

por exemplo, diversos levantes ocorridos na década de 1830.¹⁶ Marcos Ferreira de Andrade estudou a fundo a rebelião dos escravos da família Junqueira em Carrancas, centro-sul mineiro, no ano de 1833. Analisando a conjuntura política do período regencial, Andrade investigou seus desdobramentos sobre a política escrava e deu a conhecer um movimento que refletia a predominância africana nas fazendas da região, sem excluir a aliança com os crioulos.¹⁷ Do mesmo modo, em 1835, escravos centro-africanos de Mariana

e Ouro Preto trocaram cartas na organização de uma revolta em que esperavam arregimentar forros e homens livres pobres para matar seus senhores e invadir a Casa do Tesouro Público na capital da província de Minas.¹⁸

As preparações para a insurreição do Serro começaram em maio de 1864, quando da chegada de João Antônio dos Santos, novo bispo de Diamantina. Nas vésperas da sagração do prelado, cativos de Serro e Diamantina realizaram a primeira de muitas reuniões convocadas

para discutir um plano de fuga coletiva em direção ao sertão de Minas.¹⁹ Sob o comando de José Cabrinha, Nuno e Adão, reuniu-se uma vasta gama de cativos com ofícios especializados, atuantes nos meios urbano e rural. Os rebeldes trabalhavam como alfaiates, escravos domésticos, pedreiros, tropeiros, mineiros, sapateiros, marceneiros e carpinteiros, além de um ferreiro. A predominância de escravos qualificados entre os rebeldes se explica pela rotina de trabalho que os colocava regularmente em contato entre si, já que eles circulavam entre diversas propriedades e eram rotineiramente alugados para o desempenho de serviços entre o Serro e Diamantina. Deslocados pelos senhores, acabavam por ampliar suas redes de relações e laços de solidariedade junto a outros cativos, nas cidades, fazendas e lavras.

Indo trabalhar num domingo na Sesmaria, uma das diversas fazendas produtoras de aguardente do arraial do Rio de Peixe, na comarca do Serro, o ferreiro Nuno pediu ao escravo Demétrio que chamasse seus parceiros da Sesmaria para uma conversa. Reunidos num quarto da escola da fazenda, os escravos debateram as possibilidades de sucesso da fuga para o sertão, mas logo surgiram argumentos em favor de uma rebelião. Dirigindo-se ao carpinteiro José Cabrinha, Nuno “contara a notícia que vinha dos jornais a respeito da guerra, e disse-lhe que tinha vindo ordem para a liberdade dos escravos, e que os brancos estavam escondendo essa ordem”.²⁰ A fuga parecia-lhe uma boa opção, mas considerava que “melhor seria fazer uma porcaria na Cidade do Serro com a rapaziada”.²¹ Cabrinha respondeu ter ainda “coisa melhor”, dizendo que “pela leitura que tinham das folhas, viam que os liberais tratavam da liberdade dos escravos, e que por isso deviam estes tratar de havê-la imediatamente por suas mãos”.²²

Convencidos de que a emancipação estava a caminho, os escravos presentes decidiram pela insurreição. Nuno afirmou que só podia arranjar uma boa porção de escravos pelas oito léguas em redor do Serro,

mas, conhecendo a boa vontade de seu parceiro José Cabrinha, sugeriu-lhe que viesse à cidade conversar com Adão, que era “um rapaz astucioso, e armático”.²³ Na visão de José Cabrinha, a reunião de domingo na fazenda Sesmaria havia sido um sucesso. Certo do apoio de um número cada vez maior de escravos, ele logo enviou uma carta a Adão por intermédio do escravo Leonel, dizendo que a “rapaziada” já estava pronta e que tinha boas notícias de Diamantina. O próprio Leonel, empregado no serviço doméstico da Sesmaria, hesitara por um instante quando convidado por Cabrinha, pensando nas dificuldades para a realização de uma rebelião. Acabou cedendo diante da insistência de Cabrinha, que o insultara, comentando que “a rapaziada de hoje, não era como a antiga, e que estava muito civilizada”.²⁴

Muitas outras cartas foram trocadas entre os rebeldes nos meses de setembro e outubro de 1864. José Cabrinha era o principal autor das missivas que foram enviadas por meio de Timóteo também para Nuno na fazenda Liberdade, propriedade do delegado da cidade do Serro. É interessante notar que os portadores das cartas – Leonel e Timóteo – eram escravos que trabalhavam com José Cabrinha nas várias partes da fazenda da Sesmaria, sendo eles pertencentes a diferentes membros da família Fonseca. Francisca de Araújo Padilha, proprietária de Cabrinha e Demétrio, era mãe de Gabriel de Araújo Fonseca, senhor de Timóteo, e tia de Cândida Orlinda da Fonseca, proprietária de Leonel.

Entre os aliados dos rebeldes, estavam os escravos que viviam no quilombo do Buraco do Facho, nos arredores de Diamantina, e faiscadores pauperizados pela concentração de terras diamantíferas nas mãos de grandes proprietários. Em 1864, a comunidade livre de cor em muito ajudou os escravos a conseguir armamento e espalhar a notícia da insurreição, servindo como ponte de comunicação entre as cidades e as matas da comarca do Serro. Eram homens e, sobretudo, mulheres, empobrecidos, por vezes de ascendência africana, que não haviam ascendido



Jean-Baptiste Debret (Paris, 1768-1848). *Feitores açoitando negros na roça*, 1828. Aquarela sobre papel. Museu Castro Maya/IBRAN/MinC, Rio de Janeiro. In: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

socialmente e continuavam a desempenhar ocupações lado a lado com escravos. Além de minerar, libertos e cativos buscavam lenhas nas matas, dormiam nos ranchos da beira dos rios diamantinos, frequentavam as mesmas vendas, compareciam às mesmas igrejas e pertenciam a irmandades locais.

Ainda que misteriosos sobre suas companheiras nas senzalas, os escravos do Serro falaram abertamente às autoridades sobre os contatos estreitos que mantinham com mulheres libertas naturais do município. A Eva Joaquina de Campos, por exemplo, Adão confiou a notícia de “que havia guerra a respeito da liberdade dos escravos mas não deste País”.²⁵ Muitas dentre

elas operavam como “falas” dos quilombolas, ou seja, informantes que alertavam os escravos fugidos sobre a organização de expedições de combate, transmitiam notícias diversas ouvidas pelas cidades, mantinham com eles relações comerciais ou ofereciam refúgio, quando necessário. E diga-se ainda que diversas forras habitavam os quilombos da periferia de Diamantina, vivendo sob a liderança da “rapaziada sujeita das matas”.²⁶

A rebelião

Ainda que denunciada pelo escravo Vicente a seu amo, no início de outubro, a revolta estourou nas lavras

diamantinas do Arraial da Chapada, a 30 quilômetros de Diamantina. Após realizar várias prisões no Serro, o juiz municipal de Diamantina, Bernardino José Pereira de Queiroz, encontrou as famílias de São João aterradas não apenas com a notícia do levante, mas igualmente com a movimentação de negros desconhecidos que rondavam armados pelos arredores da povoação. Antes mesmo do fim do mês, Queiroz comunicou ao presidente da província de Minas que não havia razão para otimismo:

[...] ficou evidente que a insurreição se acha ramificada neste Município (Diamantina), sendo o seu mais temível núcleo a lavra do Barro, onde existem reunidos para mais de 400 escravos em uma circunferência menor de vinte mil braças, os quais além de acharem-se quase à fala dispõem de meios pecuniários pela riqueza da referida lavra.²⁷

Tamanho número de escravos pertencia tanto aos serviços do Barro quanto à Lavra do Duro. Cerca de cem praças da Guarda Nacional levaram dois meses para prender os escravos do tenente-coronel Felisberto Ferreira Brant e de Rodrigo Souza dos Reis que haviam ocupado as lavras e ocultavam armas. O delegado João Raymundo Mourão desconfiava que eles andassem sempre “dinheirosos” e logo descobriu, com a prisão da quilombola Vitória da Costa, que os escravos das lavras tinham comunicação permanente com os quilombolas dos subúrbios de Diamantina. Vitória havia sido convidada para a rebelião na rancharia do Barro, onde escutara dos cativos Lucas e Cesário que “eles estavam para ficarem livres, e Ricos e os brancos pobres”.²⁸

As diligências nas lavras diamantinas avançaram na medida da boa ou má vontade dos senhores em permitir buscas em suas propriedades e estenderam-se desde os serviços de mineração do Jequitinhonha até o Serro. Em Conceição, 50 escravos deixaram a fazenda

do major Antônio da Silva Pereira e provocaram o aquartelamento de mais 50 praças da Guarda Nacional no termo. Nas imediações de Diamantina, constava que um grupo de 80 negros supostamente saídos da Lavra do Barro se preparava para invadir a cidade do Serro, onde os quilombolas continuavam a deixar os cidadãos em sobressalto. O medo da rebelião era ainda tão forte em novembro de 1864 que o presidente da província fez ver ao delegado de Diamantina a necessidade de manter um destacamento permanente no “vulcão do Barro”. Além da reunião de forças, pensava ele que era preciso ultimar logo o processo aberto para julgar os acusados pela insurreição, já que “a ação das leis sobre os culpados produz sempre os seus salutares exemplos”.²⁹

A insurreição do Serro resultou em um desfecho drástico para seus protagonistas. Planejada pouco antes da Guerra do Paraguai, ela foi sufocada com a prevenção e força cabíveis a um país em estado de guerra. O carpinteiro José Cabrinha, considerado o cabeça da revolta, foi sentenciado com a pena de galés por 20 anos. Nuno, Demétrio, Adão, Leonel e Sebastião foram punidos com penas de açoites que variaram de 200 a 900 chibatadas, combinadas com o uso de ferro no pescoço por períodos de três meses a um ano. Alexandre, irmão de José Cabrinha, e o tropeiro Faustino, único escravo africano indiciado por participação na conspiração de 1864, foram absolvidos. Curiosamente, nenhum cativo de Diamantina foi pronunciado ou condenado por envolvimento no levante. Os alfaiates David e Francisco, vendidos havia pouco tempo do Serro para aquela cidade, sofreram interrogatório, mas apenas David foi punido com o recrutamento. Ainda que desbaratado o plano de José Cabrinha e seus parceiros, o perigo não estava afastado nos municípios do Serro e Diamantina, onde sempre proliferavam novos planos de rebelião nascidos da leitura geopolítica que escravos faziam dos jornais.



Jean-Baptiste Debret (Paris, 1768-1848). *Estudos de negros escravos*, 1817-1829. Aquarela sobre papel. Museu Castro Maya/IBRAN/MinC, Rio de Janeiro. In: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil: obra completa*, 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

O que se “ouvia” pelos jornais

Muitos entre os líderes da rebelião de 1840 possuíam algum grau de alfabetização. Demétrio e David, por exemplo, disseram ser letrados, enquanto Sebastião, escravo doméstico na fazenda Sesmária, afirmou “poder ler muito mal a letra redonda”.³⁰ Com o progresso das investigações, houve até quem dissesse que os escravos do Serro trocavam cartas com os escravos da Companhia do Gongo Soco, em Mariana. A presença de cativos letrados na liderança do levante de 1864 provocou intenso debate entre proprietários mineiros, que desconheciam o quanto seus escravos sabiam sobre propostas de abolição existentes no Brasil e no exterior. Quando a insurreição veio à tona, o deputado serrano José Joaquim Ferreira Rabello foi o primeiro a reclamar de “alguns escravos que lendo as ocorrências da guerra civil nos Estados Unidos as transmitem aos que não

sabem ler”.³¹ Ele se referia à prática bastante comum entre escravos alfabetizados de lerem jornais em voz alta para outros cativos escutar. Assim eles educavam seus parceiros iletrados, criando um ambiente em que escravos possuidores de uma tradição oral podiam participar da cultura escrita dominada pelos brancos. Escutando os outros, escravos analfabetos se inteiravam sobre eventos nacionais e internacionais, infundindo-lhes novos significados ao redor dos quais estratégias práticas de resistência à escravidão podiam se consolidar.

O acesso aos jornais projetava nos escravos brasileiros, para além do espaço demarcado por seus senhores, o desenvolvimento de um discurso de oposição ao cativo que contava a seu favor com a decadência do sistema escravocrata por todos os países do Atlântico. Na comarca do Serro, os cativos liam *O Jequitinhonha*, único jornal a circular em Diamantina durante a década de 1860.

O JORNAL DA DIAMANTINA.



FOLHA POLITICA, LITTERARIA E NOTICIOSA.

ASSIGNATURAS.

PREÇOS ADIANTADOS.

POB ANNO 8\$000
POR 6 MEZES 5\$500



Publica-se uma vez por semana na Typographia do *Jornal da Diamantina*.

Redactor — JOAQUIM FELICIO DOS SANTOS.
Ao editor Gervasio Pacheco de Mattos, nesta cidade, é que deva ser enviada a correspondencia, e para elle se dirigirem as assignaturas, e para elle se dirigirem as assignaturas, e para elle se dirigirem as assignaturas.

O JEQUITINHONHA.

A respeito da lavra do Duro pertencente a Felisberto Ferreira Brant no Desoberto de S. João, de que já demos noticia no numero antecedente, tem occorrido o seguinte:

17 de maio.

Aqui chegou o delegado de policia João Nepomuceno de Aguiar acompanhado do seu escrivão Manuel Cyraco de Abreu com algumas praxas da g. nacional; deu immediatamente todas as providencias possíveis para reconhecerem a invasão.

18.

Pela macha o delegado de policia fez publicar a seguinte falta aos povos:
e Condições do termo da Diamantina
e Me dirijo a vós com o fim unico de me
e coajuvardes no desempenho do meu
e cargo, para que a lei impere em toda sua
e plenteude.

« Consta-me e é certo, que homens des-
« varados têm illudido a um grande nu-
« mero de pessoas, para que armadas e a
« força, invalem a lavra do—Duro—propri-
« etade do tenente coronel Felisberto Fer-
« reira Brant, isto sob pretexto de que o
« capitão Luiz Antonio Homem cede ao
« povo a parte que tem na dita lavra; mas
« é falsa essa e a parte que o mesmo capi-
« tão está perante os tribunaes do paiz de-
« mandando ao dito tenente coronel, tendo
« já partido duas vezes que intentou; e
« assim nenhuma d'elles tem até aqui o va-
« pilão Luiz Antonio Homem na lavra do
« Duro, e assim, todo aquelle individuo,
« que armado ou a força invadir a dita la-
« vra, terá commettido um crime bem gra-
« ve, e, pelo qual suggestar-se ha a venificta
« da lei; e eu como autoridade policial do
« termo, desejo que os meus concida-
« dãos não se abismem, espero de todos
« elles a mais dedicada coadjuvação, e ex-
« perialmente os desta povoação de S. João,
« Rio Paro, Chapada, O artil do Indayá,
« Tabahy, Pinheiro e todos os lugares cir-
« cumvizinhos, com os quaes desde já con-
« to para repetir aquelles que despresan-
« do o pundonor do cidadão brasileiro, e
« calcado aos pés a lei, quizeram a todo

« trince invadir uma propriedade; e contra
« estes desde já declaro muito solemn-
« mente, que empregarei todo o rigor da
« lei e toda força, pois que, se por ventura
« esses desobertos e illudidos chegarem a
« consummar o crime, eu não desaminarei
« um momento até rechaça-los; e então
« bem lristes serão as consequências, por
« que com a força phisica e com a lei, pro-
« cesso não deixar os invasores se locuplet-
« arem com a propriedade alheia. Sinto
« ter occasião de assim dizer; mas espero,
« e que esse mesmo povo illudido e que tem
« sido sempre honrado e laborioso, rom-
« pendo a venda que os cega, não concor-
« rerá para um acto, que a nós todos en-
« vergonha e que traria para este municí-
« pio a maldição dos outros.

« S. João, 20 de maio de 1863.

Neste mesmo dia chegaram da cidade
várias pessoas de importancia para com
a sua força geral verem se podião tem-
dir este atestado reinante

Continuá-se a dar providencias enor-
gicas. Armam-se 150 pessoas bem in-
niciadas.

O delegado de policia e seu escrivão
são dous bravos. Nada esquecerão; muitas
vezes apresentarão-se em perigos serios.

Neste dia desvanecerão-se um pouco os
boatos aterradores de invaso. Corren sem
ansiedade. Continuarão os preparativos de
defesa.

19.

Durante a manhã corria o dia placido;
na ou outro boato de reuniões de povo
em diversos lugares era só o que se ouvia.

A tarde tivemos a certeza da invasão
proxima. Na paragem denominada —Lu-
iz Carlos — meia legoa distante desta po-
voação, reunirão-se cerca de oitantes in-
vasores. Durante toda a tarde estiverão se
preparando. De nesso lado o delegado
de policia se incançavel. Armam-se oi-
tenta pessoas. Ha coragem na nessa gente.
Estão todos dispostos a rechaçar a força
a todo trance.

Durante a noite os invasores em uma
orgia infernal não cessarão de dar tiros,
e de gritar.

E a sua marelheza, a seguinte repulsa

J « Quem está no bom, está calado;
« Quem está no ruim está danado.
« Por Deos, e João Furado (*)
« Que o Para vai desovado. (**)

30.

Pela madrugada tivemos noticia certa de
que vinham os invasores. O delegado
de policia acompanhando do seu escrivão
nao os perdendo de vista, Arma-se mais
pessoas. Já contamos com 50 bocas de
fogo.

Pelas nove horas desalojarão-se os in-
vasores em numero de 200 pessoas. Um de
seus chefes Torquato Gomes foi preso, por
uma emboscada habilmente arranjada pelo
delegado.

Já se acha recolhido ao tronco.

Os invasores não desaminarão com a
perda desse chefe, avançarão pelos cam-
pos de S. João no meio de uma densa cer-
ração. Só conhecemos que elles virião pe-
la guttaria desordenada que fazião. Nossa
gente foi postada em linha, impedindo-
lhes a passagem pela frente da lavra. El-
les tomarão a esquerda e seguindo tuncul-
tariamente a cueva do morro, appare-
cerão no alto das cabeceiras do Duro. Foi
então que os invasores por ter-se dissim-
pado a certeza. Alguns de nós dirigimo-
nos desarmados ao seu campo para fazer-
mos uma ultima tentativa tendente a ex-
tar derramamento do sangue. Fazendo
comprender a razão essa gente desvai-
rada.

Nossos esforços forão baldades; abso-
lutamente terão vir tomar o seu chefe que
apriçonamos e entrar na lavra. Perdidos as
esperanças de chama-los a ordem, arrean-
tamos nossa gente. São 11 horas do dia.
vao-se dar á gente n'essa refeição, e em
breve haverá fogo para fazer-se respei-
tar a lei.

S. João, 20 de maio de 1863 pelas 11
horas do dia.

Pelas 3 horas da tarde chegou-nos um
reforço de cavallaria da cidade e alguns
soldados de infantaria, com munições de
armas, que já nos faltavam.

(*) João Furado é um homem muito conhecido em
esta cidade.

(**) Desoberto é o nome que se dá a quem se
desobedece a lei.

O periódico havia sido fundado em 1860 pelo jurista, jornalista e deputado Joaquim Felício dos Santos com a bandeira de órgão do partido liberal na cidade. Apesar dos motes políticos, *O Jequitinhonha* não era apenas uma folha partidária. Em suas páginas, havia sessões de noticiário nacional e internacional, cartas de leitores, peças de literatura, comunicados, anúncios e colunas sobre a história dos sertões diamantinos. Os primeiros exemplares da folha foram o espaço de gestação da principal obra literária de Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*.³² *O Jequitinhonha* cobriu de perto a Guerra Civil Americana desde o seu início, em 1861, e publicou com frequência comentários sobre as implicações que a guerra poderia ter no Brasil. Assim como no Serro, notícias sobre a secessão nos Estados Unidos influenciaram rebeliões escravas nas províncias do Maranhão e Pará. Suas histórias funcionaram como janelas para o desenho dos mapas cognitivos e políticos que os escravos criaram para negociar o seu futuro no Segundo Reinado.³³

Além da guerra no exterior, corriam nas duas casas do parlamento brasileiro calorosas discussões em torno da premência de se regulamentar o regime escravista. A intenção geral era purgá-lo do que ele teria de mais odioso e repugnante sem, no entanto, extingui-lo. Incluídas na pauta do Partido Liberal, as reformas nada tinham de revolucionárias, mas repercutiam o reconhecimento geral de que a escravidão estava com os anos contados. Sem jamais cogitar na abolição imediata, Silveira da Mota, Tavares Bastos e Nabuco de Araújo estiveram na liderança de projetos gradualistas voltados para “melhorar a sorte dos escravos” e tutelar qualquer processo de transição para o trabalho livre. Além de sugerir a preparação da abolição gradual, políticos liberais tentavam contornar o argumento conservador de que uma tal manobra resultaria no colapso da economia do país. Se pudessem, alguns parlamentares, como o deputado fluminense Joaquim Manoel de Macedo, sequer

tocariam em tão delicado assunto por entenderem que tais debates inspiravam um “medo pânico” nas povoações agrícolas e davam força aos rumores de que existia no país “um partido de abolicionistas”.³⁴

Senhores de escravos e autoridades acompanharam atemorizados a circulação de “idéias de liberdade” pelas províncias do Império sem poder fazer muito diante da dispersão de suas fontes. No mínimo, esforçavam-se em não serem eles mesmos os responsáveis por disseminá-las. De uma forma geral, a guerra civil nos Estados Unidos ganhou visibilidade para a elite brasileira como cenário caótico a servir de exemplo para o país. Com a abolição em terras norte-americanas, ela passou a temer a nova posição do Brasil que, ao lado de Cuba, experimentava o isolamento internacional por ser um dos últimos países escravistas das Américas. Para os senhores escravocratas, ficou claro mais uma vez que, no lugar de um processo controlado por meio de uma legislação progressiva, a reforma em relação ao “elemento servil” podia teimar em acontecer de forma rápida e revolucionária. Com o espectro da guerra civil ao fundo, cresceram as preocupações com as consequências da discussão pública da abolição, seja por agitar a imaginação e a ação dos escravos, seja por atrair a ação filantrópica de abolicionistas estrangeiros.

Letras e cidadania

A disseminação de rumores foi uma arma política poderosa no Brasil oitocentista e, embora fizesse parte do repertório de diferentes grupos sociais, tinha especial significado para as comunidades cativas. Trocados através de canais da vida cotidiana – como em conversas fortuitas nas tabernas ou no ambiente de trabalho – e abertos à contínua improvisação e aprimoramento por seus interlocutores, os rumores articulavam aspirações e ansiedades que dificilmente

poderiam ser expressadas de outra forma. Ao mobilizarem indivíduos proibidos de atuar na arena política formal, esses rumores permitiam a projeção de um novo terreno de luta, no qual as demandas dos cativos transitavam livremente e onde era possível imaginar aliados poderosos. Para um grupo que dependia quase sempre do contato pessoal direto para obter informação, o rumor era uma forma narrativa fundamental que dava vida a comunidades políticas alicerçadas na partilha de identidades e experiências culturais sob o cativo.³⁵

No entanto, ainda que a oralidade predominasse entre os escravos, a palavra escrita os aprisionava desde o momento em que eram definidos como propriedade de outrem. Por meio de instrumentos financeiros, recibos de vendas, inventários, passes ou cartas de emancipação, a língua escrita comunicava o poder dos senhores e o confinamento dos escravos à margem da sociedade.³⁶ Mesmo assim, alguns escravos perseveraram em meio às dificuldades e aprenderam a ler. Outros aprenderam a escrever ou contar. Demonstrando algum nível de alfabetização, alguns se passaram por livres. Outros ainda se puseram a ler os jornais e a trocar cartas com o objetivo de organizar rebeliões, como a de 1864. Contudo, deve-se questionar o fato de que uma população predominantemente analfabeta pudesse fazer uso da imprensa escrita para coletar informações julgadas cruciais para a conquista de sua liberdade.

Dados do Censo brasileiro de 1872 registram que apenas 15,75% da população total do país (incluindo escravos) sabiam ler e escrever no final do Segundo Reinado.³⁷ Em outras palavras, a maioria dos brasileiros vivia numa realidade em que a oralidade não apenas coexistia com a língua escrita, mas predominava na vida cotidiana. A leitura, porém, era não raro uma atividade coletiva que incitava a formação de novos significados pelos ouvintes. Ao lerem em voz alta nas

fazendas do Serro, escravos alfabetizados contribuíam para integrar seus pares num mundo em que notícias não precisavam ser memorizadas de forma literal. Setores orais de sociedades letradas simplesmente não dispunham de comunicação perfeita a longa distância. A dificuldade de entender como os escravos podiam conectar eventos registrados por escrito à causa concreta da emancipação decorre da percepção errônea de que, uma vez publicadas, notícias carregavam um significado inequívoco.

Escravos viam geografia, tempo e relações humanas através do filtro formado por suas histórias de migração, destituição e ruptura permanente de relações familiares. Nesse contexto, a alfabetização possuía um significado mais amplo do que a habilidade de ler e escrever. O domínio das letras abria espaço para uma lógica alternativa, uma forma específica de ler relações de poder na vida cotidiana. Por essa razão, senhores desencorajavam a educação de seus trabalhadores e, quando a promoviam, tendiam a limitá-la às necessidades dos ofícios a serem desempenhados pelos cativos.

É preciso também levar em consideração que, na segunda metade do século XIX, a presença cada vez mais acentuada da língua escrita estava transformando regimes de veracidade e autenticação entre os brasileiros. Aquilo que valia legalmente devia ser passado por escrito. Para grande parte dos escravos, a palavra escrita carregava o peso de um documento oficial. Muitos claramente vinculavam os meios impressos à noção de legalidade e ao âmbito da ação governamental. A população escrava estava submetida a uma cultura extremamente jurídica em que se procurava registrar todo tipo de transação cotidiana. Curiosamente, o Brasil oitocentista era um país a um só tempo legalista e semiletrado que concedia liberdade por documento escrito a cativos que raramente o podiam ler.

A insurreição de 1864 sugere que estudos sobre o protesto escravo no Brasil precisam levar seriamente em consideração o conhecimento que os negros brasileiros tinham das fronteiras abstratas que demarcavam escravidão e liberdade nas Américas. Desenrolando-se nos bastidores do segundo *boom* da extração de diamantes em Minas Gerais, a rebelião germinou de uma combinação singular entre a interpretação dos rebeldes sobre o momento histórico em que viviam e as culturas negras construídas por crioulos e africanos nas zonas de mineração do Alto Jequitinhonha. O levante trouxe à tona um projeto de vida alternativo almejado por escravos num momento crucial das discussões sobre o futuro do cativeiro no Brasil. Seu ativismo político revelou que parte da população de cor de Minas Gerais compreendia a escravidão em termos atlânticos, segundo os quais a guerra nos Estados Unidos figurava como movimento pela libertação dos escravos de todo o continente. Suas ideias de liberdade invocavam noções de cidadania que não obedeciam a fronteiras nacionais e demonstram que sociedades escravistas nas Américas estavam ligadas por mais do que relações comerciais e diplomáticas. Aos olhos dos escravos de Serro e Diamantina, os jornais garantiam que o Atlântico chegasse até o Jequitinhonha.

RESUMO | Este artigo conta a história da rebelião escrava do Serro ocorrida na província de Minas Gerais em outubro de 1864. Cientes, por meio de jornais, dos projetos emancipacionistas em debate no parlamento nacional e da guerra civil nos Estados Unidos, escravos das lavras de diamantes, fazendas, quilombos e das cidades do Serro e Diamantina planejaram uma “guerra contra os brancos” para obter sua liberdade. Por meio da análise dessa revolta, pretende-se trazer à tona o papel da imprensa e da alfabetização escrava no processo de resistência negra ao cativeiro, assim como suas relações com o cenário político da década de 1860.

ABSTRACT | This article tells the story of the Serro slave rebellion that occurred in the Province of Minas Gerais in October 1864. Aware, through newspapers, of the emancipation debate taking place in the national legislature, and of the American civil war, slaves working in diamond mines, on farms, those living in enclaves, as well as in the cities of Serro and Diamantina planned a “war against the Whites” in order to gain their freedom. By analyzing this revolt we seek to bring to the fore the role of the press and of slave literacy within the process of slave resistance to captivity, as well as to their relations with the political scene during the 1860’s.

Notas |

1. Acareação entre Eva Joaquina de Campos e Adão, escravo de D. Ermelinda Cândida Perpétua (21/10/1864). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 12.
2. Interrogatório de Antônio (13/10/1864). ANRJ, Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 37.
3. 3º Interrogatório de Adão pardo (21/11/1864). ANRJ, Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 75.
4. Ofício enviado pelo fiscal interino dos diamantes João Pires Cardoso ao presidente da província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva (04/08/1845). Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Presidência da Província, Mineração e Terrenos Diamantinos, 1843-1846, PP1/19, cx. 06.
5. As lavras de Diamantina foram desimpedidas como resposta à grande seca de 1832 e 1833, muito embora a Real Extração tenha permanecido ativa até 1841.
6. SLENES, Robert W. Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH*, Unicamp, Campinas, n. 17, 1985. p. 47 e 67.
7. Sobre a importância do tráfico negreiro para Minas, ver: LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil*: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 279-304; FRAGOSO, João Luís. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO *et al.* (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil*, p. 239-278.
8. Mapa das Freguesias, Distritos, Fogos, Populações parciais e geral do Município do Serro (janeiro de 1856), elaborado pelo delegado de polícia Bento Carneiro. APM, Seção Provincial, Presidência da Província, cx. 50, doc. 24.
9. Extrato das informações prestadas pelas Câmaras Municipais da Província em cumprimento das circulares de 28 de novembro de 1853 e 11 de novembro de 1854. Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Biblioteca Nacional (doravante BN), 25/03/1855, anexo sem paginação.
10. Censo provincial do distrito da cidade de Diamantina (1832), citado em: SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993, p. 116, 123. No APM, há um censo para a mesma localidade que contabiliza 12.445 habitantes, dos quais 8.929 (72%) seriam escravos. Tais números devem ser relativizados, pois provavelmente correspondem apenas a estimativas. Ver: Lista Nominal dos Habitantes (por fogos) da Vila Diamantina do Serro (20/07/1832) elaborada pelo juiz de paz da paróquia, Manoel Vieira Couto. APM, Seção Provincial, Presidência da Província, cx. 11, doc. 7.
11. Estimativa do vigário da paróquia a pedido da Câmara Municipal de Diamantina. É possível que a população tenha crescido ainda mais, em função da corrida ocasionada pela abertura das lavras à exploração particular. SOUZA. *Cidade*, p. 116.
12. *O Jequitinhonha*, 02/08/1862, 21/02/1863, p. 3. O periódico não explicita o terceiro quesito.
13. Estatística Criminal. BN, Relatório do Ministério da Justiça de 1865 referente ao ano de 1864, p. 1.

14. CARVALHO NETO, P. de. Rebelião de escravos (Apresentação de um documento inédito). *Resenha Literária*, Recife, 1864.

15. LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968. p. 149-151; GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio*: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. p. 178-180; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971. p. 75.

16. Refiro-me aqui às tentativas de rebelião ocorridas em Carrancas (1831 e 1833), Santa Rita do Turvo (1831), Itabira do Campo (1831) e Mariana e Ouro Preto (1835). A respeito, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência*: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1996; LISLY, Andréa. Crime e revolta: relações entre senhores e escravos em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. *Registro*, Mariana, ano I, n. 1, mar./ago. 1994. p. 5.

17. Os escravos de Carrancas esperavam tomar conta das propriedades em que trabalhavam, certos de que os *restauradores* que acabavam de realizar uma sedição militar em Ouro Preto os ajudariam. ANDRADE. *Rebeldia e resistência*; ANDRADE, Marcos Ferreira de. Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998/1999.

18. LISLY. Crime e revolta.

19. 1º Interrogatório de Nuno, escravo de Veríssimo Pereira dos Reis (24/10/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 22.

20. Interrogatório feito ao escravo José Cabrinha (24/10/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 24.

21. Depoimento da testemunha Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz (21/11/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 66.

22. 2º Interrogatório do escravo Nuno (22/11/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 87.

23. Depoimento da testemunha Miguel Pereira Luís (21/11/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 64.

24. Interrogatório de Leonel (23/11/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 98.

25. Depoimento de Eva Joaquina de Campos (21/10/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 14.

26. Ofício enviado pelo delegado de Diamantina, João Nepomuceno Aguilar, ao chefe de Polícia da província de Minas Gerais (19/08/1865). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 630 (1865 - segundo semestre).

27. Cópia de ofício enviado pelo juiz de direito da comarca do Serro, João Salomé Queiroga, ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (29/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 628 (1864).

28. Interrogatório feito pelo delegado de polícia João Raymundo Mourão à Vitória da Costa, por alcunha o Vitória (19/11/1864). Biblioteca Antônio Torres: processos criminais (Diamantina), maço 81.

29. Ofício enviado pelo presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, ao juiz de direito da comarca do Serro, João Salomé Queiroga (10/11/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 628 (1864).

30. Interrogatório ao réu Sebastião (23/11/1864). Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), p. 98.

31. Carta enviada por José Joaquim Ferreira Rabello ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (11/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 628 (1864).

32. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978.

33. O historiador Phillip Troutman chama de “alfabetização geopolítica” as habilidades e experiências que levaram escravos, libertos e quilombolas a poder se imaginar como parte de uma comunidade atlântica formada a partir não somente por ligações literais entre eles, mas também pelo que há de comum na condição escrava, por formas similares de ler o mundo e por práticas culturais. TROUTMAN, Phillip. Grapevine in the Slave Market: African American Geopolitical Literacy and the 1841 *Creole* Revolt. In: JOHNSON, Walter (Ed.). *The Chattel Principle*: Internal Slave Trades in the Americas. New Haven, CT: Yale University Press, 2004. p. 203-233.

34. BN, Anais da Câmara dos Deputados, 1864, tomo II, sessão em 31/03/1864, p. 289.

35. Em comentário sobre a Revolução Haitiana, Julius Scott refere-se, por exemplo, à partilha entre eles de uma “cultura da expectativa”, alimentada permanentemente pela troca de informações sobre os desenvolvimentos históricos do mundo Atlântico. Ver: SCOTT, Julius. *The Common Wind*: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution. Duke University: PHD thesis, 1986. p. 118.

36. GRAHAM, Sandra Lauderdale. Writing from the Margins: Brazilian Slaves and Written Culture. *Comparative Studies in Society and History*, n. 49, v. 3, p. 611-636, 2007.

37. CHALHOUB, Sidney. The Politics of Silence: Race and Citizenship in Nineteenth-Century Brazil. *Slavery and Abolition*, n. 27, v. 1, 2006. p. 82.

Isadora Moura Mota é mestre em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutoranda em História na Brown University, em Providence, Estados Unidos. Sua tese de doutorado, em andamento, trata do papel da alfabetização escrava nas lutas pela emancipação no Brasil na segunda metade do século XIX. As questões tratadas neste artigo são aprofundadas em *O ‘vulcão’ negro da Chapada: rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)*, dissertação de mestrado defendida na Unicamp em 2005. E-mail: isadora_mota@brown.edu